

OBSERVATÓRIO
S O C I A L



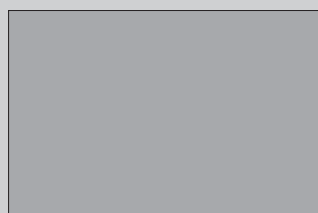
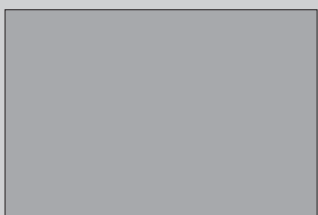
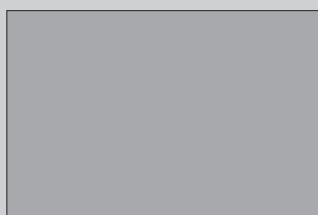
REVISTA

Nº 9

janeiro 2006

ISSN 1678 -152 x

A IDADE DA PEDRA



**Crianças trabalham
em minas de talco
em Ouro Preto.**

**Multinacionais
compram o produto de
empresas clandestinas.**



CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE - Kjeld A. Jakobsen
CUT - João Vaccari Neto
CUT - Rosane da Silva
CUT - Artur Henrique da S. Santos
CUT - Maria Ednalva B. de Lima
CUT - José Celestino Lourenço
CUT - Antonio Carlos Spis
CUT - Gilda Almeida
Dieese - Mara Luzia Feltes
Dieese - Wagner Firmino Santana
Unitrabalho - Francisco Mazzeu
Unitrabalho - Sílvia Araújo
Cedec - Maria Inês Barreto
Cedec - Tullo Vigevani

DIRETORIA EXECUTIVA

Kjeld A. Jakobsen - presidente
Arthur Henrique dos Santos
Ari Aloraldo do Nascimento - tesoureiro
Carlos Roberto Horta
Clemente Ganz Lúcio
Maria Ednalva B. de Lima
Maria Inês Barreto

SUPERVISÃO TÉCNICA

Amarildo Dudu Bolito - Supervisor Institucional
João Paulo Cândia Veiga - Supervisor Técnico
Marques Casara - Supervisor de Comunicação

SEDE NACIONAL

Rua São Bento, 365 - 18º andar
Centro - São Paulo SP
Fone: (11) 3105-0884 Fax: (11) 3107-0538.
Sp@observatoriosocial.org.br



EDITORES

Dauro Veras (SC-00471-JP) e Marques Casara (RJ 19126)

REDAÇÃO

Dauro Veras (SC-00471-JP)
Marques Casara (RJ 19126)
Sandra Werle (SC-00515-JP)
Alexandre de Freitas Barbosa
Fernanda Martinez
Colaboração: Clóvis Scherer e Marco Sayão Magri

FOTOGRAFIA

Sérgio Vignes, Ana Iervolino, Dauro Veras, Fernanda Martinez,
Márcio Furtado, Odilon Faccio, Rosane Lima, Tatiana Cardeal

EDITORIAÇÃO DE FOTOGRAFIA

Ana Iervolino

PROJETO GRÁFICO

Maria José H.Coelho (Mtb 930Pr)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

PRIMEIROplano
www.primeiroplano.org.br

Janeiro 2006 - Nº 9
São Paulo - SP - Brasil
4.000 exemplares
Gráfica BANGRAF



Toda criança será beneficiada por esses direitos, sem nenhuma discriminação por raça, cor, sexo, língua, religião, país de origem, classe social ou riqueza. Toda e qualquer criança do mundo deve ter seus direitos respeitados!

Princípio 1 da Declaração dos Direitos da Criança (ONU)

Desenho de Júlia Pöttker da Silva, 11 anos.

Erechim - RS

PG4

A IDADE DA PEDRA

PG28

A MAÇÃ DA DISCÓRDIA

PG33

ENTREVISTA - Alice Nair Feiber Sônego Borner

Procuradora do Ministério Público do Trabalho

PG34

FORMAÇÃO PROFISSIONAL - A regulamentação da Lei do Aprendiz

PG36

ENTREVISTA - Caio Magri

Assessor de políticas públicas do Instituto Ethos

PG38

PROGRAMAS SOCIAIS - Governo integra Peti ao Bolsa Família

PG41

ENTREVISTA - Isa Maria de Oliveira

Secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI)

PG44

ENTREVISTA - Maria Izabel da Silva

Representante da CUT no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)

PG47

FISCALIZAÇÃO - Nova estrutura preocupa organizações

PG50

NO MUNDO, milhões têm a infância perdida

PG52

AS CRIANÇAS “invisíveis” da América Latina

PG56

BRASIL - Infância violentada

PG58

NO PAPEL, um país onde as crianças não devem trabalhar

PG64

ARTIGO - Gilka Girardello

Professora da UFSC e coordenadora do Núcleo de Estudos Infância, Comunicação e Arte.

PG66

TERMO DE REFERÊNCIA - Observatório Social trabalha pela erradicação do trabalho infantil

PG68

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL - Observatório realiza oficinas com dirigentes sindicais

PG69

AMÉRICA LATINA - Estudo inédito sobre a Unilever

PG70

PESQUISA E AÇÃO SINDICAL - Investimento estrangeiro em debate

PG72

ALMANAQUE

EM REVISTA

E Em 2005 o governo brasileiro anunciou na Conferência Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, sua disposição em firmar com empresários e sindicatos o Pacto do Setor Mineral Brasileiro pela Prevenção e Erradicação do Trabalho de Crianças e Adolescentes na Mineração Rudimentar e Informal. Assinariam o documento sete ministérios que poderiam contribuir para os objetivos do pacto e uma dezena de organizações sindicais e empresariais ligadas à mineração, dentre elas o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), comissão de frente das grandes corporações mineradoras que atuam no Brasil.

Apesar das reivindicações sindicais e do empenho do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério das Minas e Energia que regula a concessão de lavras, o Pacto não foi assinado até o momento. Ao que tudo indica, certos “lobbies” que atuam na mineração dificultaram o processo, pois não lhes interessa a existência de um órgão regulador forte, mesmo sendo o trabalho infantil neste setor um dos mais insalubres e perigosos.

A política de “Estado Mínimo” e a reforma administrativa implementada no Brasil ao longo da década de 1990 sucatearam o DNPM e reduziram sobremaneira sua capacidade de fiscalização. Em Minas Gerais, por exemplo, não chega a meia dúzia o número de fiscais para identificar e reprimir práticas abusivas nas lavras. As mineradoras pintam e bordam no interior do estado, pois é mais fácil achar um eldorado mineral que receber a visita de um fiscal.

A reportagem principal desta edição revela como atuam empresas mineradoras e processadoras de talco. Mostra como elas usam crianças em jazidas irregulares e como este trabalho entra na cadeia produtiva de gigantes empresariais. A assinatura do pacto, por si só, não resolverá o problema, é evidente. Mas será uma ferramenta importante nas mãos da sociedade para reivindicar respeito aos direitos humanos das crianças que morrem de doenças e acidentes de trabalho, quando deveriam estar brincando e estudando.

Conselho Editorial

Nas minas de talco da cidade histórica de Ouro Preto, cinco anos é a idade em que as crianças começam a carregar pedras e respirar a poeira letal que as condenará a morte pela falência dos pulmões.

Multinacionais compram o minério de empresas que operam na clandestinidade. O talco é usado na fabricação de tinta, lápis escolares, artigos de borracha, cerâmica e cosméticos.

Menino carrega bloco de talco na jazida das empresas Minas Serpentinó e Minas Talco

Cenário

Distrito de Mata dos Palmitos, Ouro Preto, Minas Gerais. Daqui sai a matéria-prima usada na fabricação de dezenas de produtos que levam talco em sua composição. A extração do minério usa mão-de-obra infantil, prática criminosa, pois fere o Estatuto da Criança e do Adolescente e diversas normas internacionais ratificadas pelo Brasil.

A prática também bate de frente com princípio elementar da responsabilidade social empresarial, que não admite trabalho infantil em qualquer uma das etapas da cadeia produtiva de uma mercadoria.

A idade da pedra

Marques Casara
e **Sérgio Vignes** (fotos),
de Ouro Preto

As crianças são submetidas a situações de esforço extremo e de alto impacto sobre a saúde, a ponto de comprometer a expectativa de vida de toda uma população. Morrem mais cedo, invariavelmente contaminadas pela poeira tóxica proveniente do manejo da rocha sem equipamento de proteção.

Personagens principais

- **Crianças trabalhadoras:** carregam pedras e respiram poeira mortal;
- **Minas Talco e Minas Serpentinito:** empresas que exploram clandestinamente a jazida de talco. Beneficiárias diretas do trabalho infantil;
- **Basf, Faber Castell e ICI:** gigantes industriais, compram talco das empresas que exploram mão-de-obra infantil;
- **Artesãos:** condenados pela doença incurável causada pelo manejo das rochas sem equipamento de proteção;
- **Mãos de Minas:** Uma das maiores ONGs do Brasil. Prega a defesa dos direitos humanos, mas vende produtos fabricados mediante exploração do trabalho infantil;
- **OPPS:** maior exportador brasileiro de pedra-sabão; usa trabalho infantil em obra de infra-estrutura.

Capítulo 1

— A estátua

De braços abertos sobre a Baía da Guanabara, a gigantesca estátua do Cristo Redentor é a paisagem brasileira mais conhecida no mundo, visitada anualmente por 600 mil turistas que chegam em vans ou pelo bondinho que corta o Parque Nacional da Tijuca, floresta Atlântica exuberante, inteiramente plantada por mãos humanas no século XIX, a mando de D. Pedro II. O visitante fica invariavelmente gratificado e leva para casa imagens de uma beleza estonteante. Nenhum outro lugar é mais identificado ao Brasil quanto este cenário emoldurado pelo Cristo, pela Baía da Guanabara e pela faixa de edifícios que forma a Zona Sul do Rio de Janeiro, cidade símbolo da beleza, da ginga e da brutal violência social que marca o Brasil de Norte a Sul.

Construído em rocha esteatita, também chamada pedra-sabão ou minério de talco, o Cristo Redentor foi inaugurado em uma ação espetacular na noite de 12 de outubro de 1931. Guglielmo Marconi, gênio inventor do rádio e de outras maravilhas, acionou da Itália o comando que em 120 segundos cruzou o Atlântico e pôs para

funcionar pela primeira vez os refletores que iluminaram o monumento. A experiência, de altíssima complexidade tecnológica nos anos 30, segundo reportagem do Diário da Noite “traduziu o milagre de Marconi em todo o seu esplendor quando o Cristo, com suas mãos imensas de perdão e de ternura, fulge no topo da montanha, inundado de caridade boreal”.

De lá até aqui, talvez 30 milhões de pessoas tenham visitado o lugar. Com o tempo, a poluição e as intempéries cobraram seu preço e o Cristo teve que ser inteiramente restaurado em 1990. O serviço ficou muito bom. Foi realizado pela empresa que mais entende de pedra-sabão no país, a OPPS, maior exportadora deste minério para o mercado europeu e

norte-americano e que explora jazidas localizadas na cidade histórica de Ouro Preto, outra referência do turismo brasileiro.

Quem visita o Cristo não sabe; quem visita as igrejas barrocas de Ouro Preto também não sabe, mas na jazida de onde aflora a pedra-sabão usada na restauração do Redentor é praticada uma das mais degradantes e abomináveis formas de trabalho que se tem notícia: crianças desde os cinco anos de idade são usadas como cargueiros humanos para levar pedras de um lado para o outro.

O coração da jazida está bem debaixo de um ajuntamento de casas conhecido como Mata dos Palmitos, um lugarejo miserável e esquecido, de onde sai o minério indispensável não apenas para construir estátuas, mas para fabricar cerâmica de naves espaciais, remédios, tinta, cosméticos,

sabão, borrachas, papéis e os melhores lápis escolares fabricados no mundo.

Apesar de tamanha riqueza, Mata dos Palmitos é um lugar sem escola para todos, sem estrada trafegável em dia de chuva, sem médico, sem representante da prefeitura, sem parque para as crianças, sem justiça. Um amontoado de casas sobre um vale lamacento que esconde no subsolo um tesouro de valor incalculável. Bem no meio desse território está o escritório da empresa OPPS (Ouro Preto Pedra Sabão), uma casa também usada pelos funcionários como dormitório, já que entrar no vale e sair dele, em dias de chuva, é uma aventura para campeões de rali. Choveu, todo mundo fica preso no lugar, pois a estrada se torna intrafegável.

Pensando no conforto de sua turma, em novembro de 2005 a OPPS mandou reformar a casa, alugada de uma artesã que mora ao lado. Tocaram a obra um homem e três crianças, a mais nova com menos de cinco anos de idade, usada para carregar e descarregar o carrinho de areia.

Para reformar o telhado, trabalharam da seguinte forma: enquanto o adulto fixava as telhas, auxiliado por uma das crianças, as outras duas levavam telhas e cimento até o alto da casa, por uma escada de madeira tão insegura quanto o próprio telhado que a escorava. O adulto, nos dois momentos em que percebeu a chegada da reportagem, mandou as crianças pararem de trabalhar. Disse que elas estavam apenas brincando no telhado, na escada e no carrinho de cimento. Brincando de carregar telhas e baldes de cimento sob o sol das duas da tarde.

A proprietária da casa, a artesã Dionízia José Gomes, é uma mulher que passa os dias coberta de poeira branca dos pés à cabeça. Há mais de 20 anos dedica-se integralmente à pedra-sabão, à qual dá vida em delicadas formas artesanais esculpidas à talhadeira, machadinha e serrote. É impressionante sua habilidade para transformar um pedaço de pedra em um peixinho decorativo ou um potinho para guardar trecos, algo que faz em menos de cinco minutos.

Dionízia pára somente um final de semana a cada dois ou três meses, quando peregrina a Aparecida do Norte para reforçar os votos de fé ao catolicismo e à padroeira do Brasil. Mulher de gestos delicados, apesar do corpanzil forte e preparado para manusear pesados blocos, ela explica com serenidade como as coisas funcionam em Mata dos Palmitos:

- Todos aqui trabalham, até as crianças, que precisam ajudar a família.



Dionízia José Gomes (de vermelho) e sua filha Tatiane: artesãs



Lourival Amâncio da Costa, representante do Peti na região de Mata dos Palmitos

Aponta para Tatiane, 21 anos, uma das mais hábeis artesãs de Mata dos Palmitos:

- *Minha filha começou aos sete anos de idade e já trabalha tão bem quanto eu.*

- E as crianças sobre o telhado do escritório da OPPS?

- *Aqui as pessoas começam a ganhar a vida muito cedo - ensina.*

A rotina do trabalho infantil é confirmada pelo representante na região do Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Lourival Amâncio da Costa. O Peti é mantido pelo governo federal e ampara dez das cerca de 30 crianças que vivem no lugar.

- *Se eu descuidar, até as crianças que estão no programa vão para a pedra ou trabalhar em alguma obra, aí tenho que ameaçar as famílias com o corte da bolsa.*

Cada família recebe R\$ 25 mensais por filho inscrito, pagos pelo governo desde que a criança estude e não trabalhe. Menos de um real por dia, mas em um lugar como esse evita que uma criança morra de fome ou tenha que trabalhar em troca de comida.

- Lourival, por que apenas 10 crianças são atendidas?

- *Porque é o número que dá para atender neste momento.*

- O que as famílias não atendidas acham disso?

- *Não entendem, reclamam, precisam sobreviver e mandam as crianças para a pedra.*

- O que você acha disso?

- *Uma tragédia social, como sempre foi esse lugar.*

- Há esperança?

- *Sim, sempre há esperança.*

- Algum dia chegou aqui algum empresário ou representante de empresa para conferir se existe trabalho infantil na extração da pedra?

- *Não, nunca. Nunca vi isso.*

- Desde quando existe trabalho infantil em Mata dos Palmitos, na exploração do talco e da pedra para artesanato?

- *Desde sempre, eu acho. Desde que o mundo é mundo.*

ONDE DENUNCIAR

Você pode denunciar o trabalho ilegal
de crianças e adolescentes a

- **CONSELHO TUTELAR**
- **DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO
(SUB-DELEGACIAS)**
- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.**

Pode também telefonar para

0800-99-0500

Disque-Denúncia sobre violência,
abuso e exploração sexual
(ligação gratuita).





Mata dos Palmitos

Capítulo 2 — O tempo

A principal vocação de Mata dos Palmitos é servir de entreposto para empresas e atravessadores que não se importam de onde vem a pedra, de como ela é tirada e de como anda a saúde de quem a minerou, desde que entre na cadeia produtiva de forma rápida e barata. “*Para viver, a família toda precisa trabalhar*”, resume a artesã Dionízia.

As crianças? Ora, as crianças. Fazem parte de um processo. Sempre estiveram por aí, desde que a jazida foi descoberta no tempo de imperadores e barões.

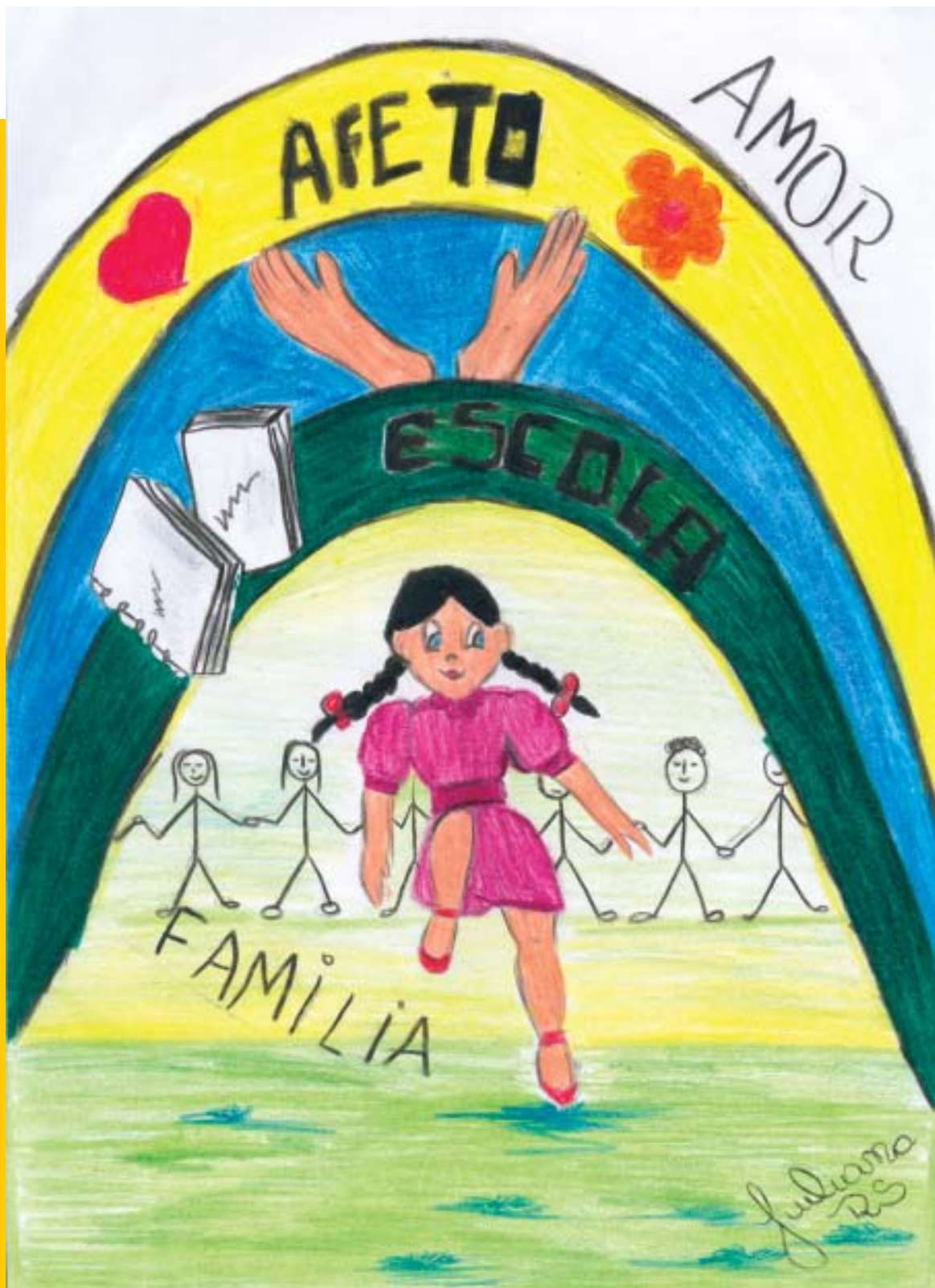
O tempo parou em Mata

dos Palmitos. Parece que a qualquer momento vai aparecer um senhor de escravos gritando ordens para que as crianças voltem ao trabalho, pois aqui elas valem tanto quanto uma mula de carga.

O tempo parece que nunca andou por aqui. Os direitos humanos ainda estão por dobrar a curva da estrada lamacenta que leva ao lugar e de onde só é possível sair com tempo seco. Em Mata dos Palmitos, a dignidade virou moeda de troca nas mãos de cri-

anças que carregam pedras de 20 quilos ou mais.

O problema é que a coisa uma hora tinha que estourar. O negócio ficou tão escabroso que agora é preciso encontrar uma explicação plausível para justificar um enredo velho e sem novidades. Porque tudo aqui já foi denunciado à exaustão por pesquisadores e organizações ligadas à infância. Tudo aqui, de fato, não mostra nenhuma novidade. Mas do lado de fora dessa Mata ninguém sabe de nada, ninguém viu nada. As crianças, ora, as crianças. São apenas testemunhas de sua própria tragédia.



Toda criança tem direito a proteção especial, e a todas as facilidades e oportunidades para se desenvolver plenamente, com liberdade e dignidade.

Princípio 2 da Declaração dos Direitos da Criança (ONU)
Desenho de Juliana Ranzi Schvarcz, 10 anos.
Dourados - MS

Capítulo 3 — A tinta



André Castanho acordou bastante determinado no primeiro dia de suas férias em janeiro de 2006. Saiu de casa logo cedo e foi a uma loja de materiais de construção em São Paulo, onde prateleiras imensas expõem tudo o que é preciso para se manter ocupado em uma reforma.

- *Vou pintar o apartamento* - disse ao vendedor, que o conduziu até a seção de tintas e vernizes e passou a interrogá-lo sobre suas necessidades, enquanto abria diante dele catálogos e mostruários para ajudá-lo a decidir sobre as cores de cada cômodo e sobre os materiais necessários para iniciar o serviço.

Executivo em uma empresa de eventos, classe média alta, recém casado, Castanho nunca colocou as mãos em uma lata de tinta. Explicou isso ao vendedor, mas também disse a ele que achava uma boa idéia pintar o apartamento por conta própria, uma experiência que se dispunha a vivenciar em companhia da jovem esposa. Sua previsão era pintar o apartamento em uma semana e depois terminar as férias com uma viagem de três semanas pelo sul da França.

Optou por uma tinta de cor gelo fosco da Suvinil, orientado pela esposa que participou, pelo celular, da negociação com o vendedor. A Suvinil pertence à multinacional Basf e usa talco na fabricação da tinta. O resultado final é excelente, pois a pintura fica com uma textura aveludada e agradável ao toque.

Foi um choque quando a temática do trabalho infantil veio à tona. Castanho ficou transtornado ao saber que o talco usado na fabricação das tintas Suvinil é comprado da Minas Talco, empresa que explora mão-de-obra infantil em Ouro Preto.

- *Em pleno século XXI existem crianças traba-*

lhando em minas de talco?, surpreendeu-se. Ensaiou substituir a tinta, mas desistiu da idéia ao saber que sua opção, da marca Coral, tem a mesma textura aveludada proveniente do mesmo talco vendido pela Minas Talco, pois a Coral, pertencente à multinacional ICI, junto com a Suvinil domina o mercado brasileiro de tintas decorativas e automotivas. Elas têm a Minas Talco como fornecedor de talco para fabricar a tinta.

As duas empresas têm amplos programas de responsabilidade social empresarial proibindo a compra de matéria-prima de empresas que usam trabalho infantil. Contudo, nunca mandaram um funcionário a Mata dos Palmitos conferir de onde sai o talco necessário aos seus negócios.

Na loja de materiais de construção, Castanho desembrolhou uma lista de adjetivos impublicáveis ao saber que não tinha jeito: ou pintava o apartamento ou deixava a tinta no balcão. Afinal, ponderou que consumidores conscientes não compram produtos que usam trabalho infantil na cadeia produtiva.

Mas decidiu-se pela primeira opção e levou a tinta. Segundo avaliou, não seria sensato deixar o apartamento se deteriorar porque ainda, no século XXI, crianças trabalham em minas de talco e gigantes multinacionais não têm o mínimo controle sobre suas cadeias produtivas.

Sua viagem estava marcada e ele tinha uma semana para terminar a pintura. Depois das férias, voltaria à inclemente rotina de executivo e não teria mais tempo para se dedicar à reforma. Prometeu escrever uma carta de protesto à empresa de tintas. Mergulhou no trânsito de São Paulo determinado a começar a pintura tão logo chegasse em casa.

Capítulo 4

— O pote

A lâmina de aço gira em altíssima velocidade e rasga o bloco de pedra a poucos milímetros das mãos do artesão, que manipula o torno com uma destreza antiga e segura, ensinada de pai para filho desde remotos antepassados. O aço recorta a rocha pouco a pouco, até transformar sua forma bruta no esboço do que virá a ser uma delicada peça do artesanato que leva o carimbo da cidade histórica de Ouro Preto. Tombada pela Unesco, a cidade mineira foi ápice do movimento barroco que no Brasil tem seu principal representante na figura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, escultor de estátuas em pedra-sabão.

O artesão que opera o torno aprendeu com artistas da mesma escola de Aleijadinho, que tirava pedra-sabão das mesmas jazidas localizadas em Mata dos Palmitos,

um ajuntamento de casas espremidas em um pequeno vale nos limites da zona rural de Ouro Preto. Vivem aqui umas 300 pessoas, remanescentes das melhores épocas de extração do ouro e das pedras preciosas que fizeram da região a mais rica fonte de riquezas minerais do império português.

Hoje, o lugar é pobre e insalubre, cercado por pequenos morros que têm no subsolo um sem número de minerais, usados da siderurgia ao artesanato, da química fina à construção civil. Invariavelmente, em cada casa há um torno para cortar os blocos de esteatita e produzir o artesanato, principal fonte de renda em Mata dos Palmitos. A pedra sai de jazidas controladas pelas empresas Minas Talco e Minas Serpentinito, que vivem da exploração e do processamento de talco, a esteatita moída e processada. Minas Talco e Minas Serpentinito são o elo de ligação entre Mata dos Palmitos e o mundo, junto com empresas que compram artesanato para revender em todo o Brasil e no exterior.

O artesanato é produzido com a mesma rocha usada pela indústria. Após ser moldada no torno, a pedra é trabalhada manualmente, desenhada por artistas que usam pequenas facas, serrotes e talhadeiras. Depois, a peça é lixada e termina em caixas nas quais é enviada para o mercado de artesanato de diversos países.

Uma das principais revendedoras desta produção é a organização não-governamental Mãos de Minas, sediada em Belo Horizonte e uma das maiores do país em sua área de atuação. Seu objetivo é representar e apoiar o artesão mineiro para que ele possa, de forma competitiva, participar da economia nacional. Sete mil artesãos são filiados à organização, que em 2002 teve um faturamento de 8 milhões de reais.

Vendedoras brancas, jovens e belas atendem na ampla loja da Mãos de Minas no Bairro Sion, região nobre de Belo Horizonte. Tudo é limpo, organizado e agradável. As peças estão expostas em grandes prateleiras temáticas, uma viagem pelo maravilhoso mundo do artesanato mineiro.

Na prateleira dedicada à pedra-sabão, os materiais expostos são todos de Mata dos Palmitos. O preço sofre um reajuste de cerca de 1000% em relação ao que é cobrado no local de produção. Nesta prateleira, Mãos de Minas revende peças artesanais produzidas mediante exploração de trabalho infantil, como os pequenos potes cujo acabamento é dado por meninos e meninas que têm diversas funções na cadeia produtiva do artesanato.

Jardel, de 15 anos, lixa potes de pedra-sabão desde os seis anos de idade. Estuda pela manhã na 7ª série e trabalha à tarde no torno da família. Sempre foi assim e a esta rotina está acostumado. Brincar? Jogar bola? Somente nos finais de semana. O restante do tempo gasta na inclemente rotina de lixar potes de pedra-sabão para serem vendidos em lojas como a do bairro Sion.

Na Mãos de Minas também aparece o nome da artesã Dionízia Gomes, a mesma que alugou a casa para a OPPS. Ela centraliza os negócios da comunidade com



Loja da ONG Mãos de Minas revende potes fabricados por crianças

o mercado, em geral atuando como atravessadora, comprando peças das famílias que vivem em Mata dos Palmitos. “Ela compra uma peça por um real e vende para as lojas por três, quatro reais”, explica Lourival Amâncio da Costa, o coordenador do Peti na região.

- Lourival, a artesã Dionízia vende para Mãos de Minas artesanato produzido por crianças?

- *Vende. Ela vende artesanato produzido por todo mundo aqui.*

- Dona Dionízia, a senhora vende para Mãos de Minas artesanato produzido por crianças?

- *Vendo artesanato produzido pela comunidade de Mata dos Palmitos. Aqui todos trabalham.*

O pote oferecido na grande prateleira da Mãos de Minas em Belo Horizonte pertence ao mesmo lote de potes lixados por Jardel.

- *Dizem que esses potes são vendidos em várias países do mundo - vibra o garoto.*

A ONG integra o Grupo de Desenvolvimento, do qual também faz parte o Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor (Centro Cape). Em 2005, a organização realizou um projeto intitulado Mapeamento do Artesanato Mineiro, um levantamento de dados econômicos e turísticos dos 532 municípios de Minas Gerais. “Terminado esse trabalho, será possível formatar um grande projeto estadual de políticas públicas e de desenvolvimento do setor”, diz um documento da organização. Em nenhum momento o levantamento da ONG preocupou-se em identificar a ocorrência de trabalho infantil na cadeia produtiva do artesanato.

Outra organização que faz parte do Grupo de Desenvolvimento, o Instituto Terra Brasilis, desenvolveu em parceria com o Centro Cape um “diagnóstico da atividade de exploração de pedra-sabão na região de Ouro Preto e Mariana, nos aspectos referentes à questão mineral/ambiental e sócio-econômica”. Mais uma vez foi desconsiderada a avaliação se existia exploração de mão-de-obra infantil. Só que aqui a coisa é mais grave, já que a ocorrência de trabalho infantil na pedra-sabão é assunto mais do que sabido em Ouro Preto, tanto que o governo federal atende uma parte das famílias com o Peti.

Por que Mãos de Minas e seus parceiros do Grupo de Desenvolvimento ignoram a ocorrência de exploração do trabalho infantil no artesanato mineiro? Porque esse tema não faz parte de suas ações, já que não existe nenhum programa para monitoramento, controle ou erradicação do trabalho infantil no artesanato, como explica Arnaldo Vieira, consultor do departamento técnico do Centro Cape:





Cláudia Moura é a coordenadora de projetos especiais do Centro Cape

- Não existe nenhum programa implantado. Bem que gostaríamos, mas no momento não temos verba para fazer isso.

- Existe ao menos um projeto que possa ser apresentado a alguma organização que possa financiar o controle do uso de mão-de-obra infantil no artesanato e que possa suprir a falta de verba?

- Também não, não temos nenhum projeto na gaveta.

- Que ações vocês desenvolvem nas comunidades?

- Nossas ações têm a ver mais com a parte comercial, de preparo e apoio técnico para que ele [artesão] possa atuar no mercado de forma mais eficiente.

- Cláudia Moura [coordenadora de projetos especiais do Centro Cape], por que vocês revendem peças de pedra-sabão produzidas mediante exploração do trabalho infantil?

- Não compramos produtos feitos com o uso de mão-de-obra infantil.

- Se vocês não têm nenhuma ação concreta para monitorar o uso de mão-de-obra infantil na pedra-sabão, como pode garantir que não comprem?

- Porque não compramos de olhos fechados. Nos locais onde existe a produção de artesanato em pedra-sabão não existe trabalho infantil.

As declarações acima demonstram que Centro Cape e Mãos de Minas estão, no mínimo, desinformados. São inegáveis os benefícios promovidos por essas organizações para valorizar a produção artesanal de Minas Gerais. Contudo, ao vender produtos produzidos com o uso de trabalho infantil, os prejuízos à comunidade tornam-se muito maiores que os benefícios.

Capítulo 5

— A doença

Em um lugar distante, há muitos e muitos anos, uma mulher abriu uma caixa mágica e de seu interior escapou toda sorte de desgraças e infortúnios que até hoje atingem a humanidade. No embate mitológico entre deuses e humanos, a Caixa de Pandora consumou o castigo imposto por Zeus aos mortais e ao filho Prometeu que, à revelia do Olimpo, decidira presentear a raça humana com a chama da sabedoria.

Deu tudo errado. Prometeu acabou acorrentado em uma montanha, onde uma ave alimentou-se diariamente de seu fígado, que à noite se regenerava para, ao amanhecer, prover novamente o monstro com a cota diária de carne humana.

A análise do mito de Pandora, em seu caráter simbólico, permite afirmar que muitas das misérias escapulidas da caixa refugiaram-se em uma das mais ricas e promissoras áreas de mineração do mundo, o estado de Minas Gerais, onde dezenas de empresas atuam na cidade de Ouro Preto e proximidades, a região do Vale do Aço.

Quanto mais se investiga a postura de grandes organizações, mais as coisas se parecem com uma Caixa de Pandora do mundo globalizado. Quanto mais se fuça, mais podridão aparece dentro da caixa.

A advogada Walmary Moreira da Silva, residente em Ouro Preto e uma das mais atuantes militantes sociais do estado, tinha por hábito investigar a temática dos direitos humanos, do trabalho infantil e das condições de saúde dos moradores da região. Até que um dia abriu a caixa, precisamente no segundo semestre de 2004, quando começou a investigar uma rede de prostituição infantil envolvendo políticos e empresários de Ouro Preto e região. Também levantava informações sobre os problemas de saúde decorrentes da exposição à poeira de talco nas áreas de mineração. *“Estava mexendo com interesses muito poderosos”*, explica a médica Silvia Martinez, que junto com Walmary coordenava a ONG Regard, atuante na área da saúde.

Walmary tombou em novembro de 2004, executada dentro da própria casa com um tiro na cabeça. Cinco minutos após a chega da polícia, o veredicto era de suicídio. Mas atenção: passado mais de um ano do crime, ainda não foi apresentada pelas autoridades a arma que derrubou Walmary.

Diante do absurdo do tiro na cabeça que não teve arma ao lado do corpo, algumas versões para a morte apareceram com o passar dos meses, todas tão consis-



As irmãs Aparecida Magna Santos e Lourdes Damantina Santos receberam os mais variados diagnósticos para maquiar a pneumoconiose

tentes quanto história do suicídio. O fato é que Ouro Preto não sabe quem matou Walmary, cuja amiga mais próxima, a médica Silvia, não tem dúvidas de que foi executada porque chegara longe demais nas investigações.

A apuração do envolvimento de empresários e políticos com a rede de prostituição infantil foi estancada após o crime, pois ninguém assumiu o trabalho de Walmary. A investigação dos problemas de saúde também parou, mesmo sendo um problema mais visível e que afeta indiscriminadamente adultos e crianças que trabalham nas jazidas e na produção artesanal. Diversos jornais que noticiaram a morte informaram que existe um pacto de silêncio na região. Isso dificulta a investigação da polícia e dos próprios meios de comunicação, favorecendo a impunidade.

Em relação aos problemas de saúde, entretanto, é possível avançar alguns passos além da investigação da advogada. Em Santa Rita, outra localidade pertencente a Ouro Preto, vivem as irmãs Aparecida Magna Santos, 33 anos, e Lourdes Damantina Santos, 34. As duas têm em comum o fato de terem recebido, desde 2004, os mais variados diagnósticos para maquiar o mal que as afeta, a pneumoconiose. Essa doença, causada pela inalação da

poeira de talco gerada pelo manejo das pedras mineradas em Mata dos Palmitos, provoca danos irreversíveis nos pulmões. Gripe forte, pneumonia e tuberculose estão entre os diagnósticos que receberam nas unidades de atendimento médico de Ouro Preto. Somente no segundo semestre de 2005, quando procuraram atendimento fora da região, receberam o diagnóstico do qual suspeitavam: pneumoconiose.

- O que acha disso, Aparecida?

- *Fomos enganadas, mentiram para nós várias vezes ao longo de muitos meses.*

- Lourdes, qual é sua opinião?

- *Uma farsa. Quantas pessoas podem estar muito doentes, recebendo diagnóstico de gripe, pneumonia, outras coisas fáceis de serem curadas?*

- Silvia Martinez [médica, dirigente da Regard], por que o diagnóstico varia de gripe forte, anunciada em Ouro Preto, à pneumoconiose, doença incurável e potencialmente mortal, diagnosticada fora da área de influência das mineradoras de talco?

- *Em Ouro Preto existe a clara intenção de esconder o problema.*

- Por quê?

- *Interesses econômicos, principalmente. O trabalho de Walmary contrariava interesses muito poderosos, econômicos e políticos. Por isso ela foi morta. Aqui não se pode falar sobre estes assuntos. Ela pagou com a própria vida.*

- Você tem medo?

- *Tenho muito medo. É difícil encontrar apoio nestes momentos.*



A médica *Silvia Almeida de Oliveira Martinez*

- Ouro Preto esconde o problema da pneumoconiose?

- *Esconde, os grupos econômicos não querem ser associados a esta tragédia, que existe faz tempo.*

- Diante disto, seria possível calcular o tamanho do problema? Saber se as crianças que trabalham nas minas de talco também estão sujeitas à pneumoconiose?

- *É difícil de mensurar, pois não existe acompanhamento médico sobre a pneumoconiose da região. Objetivamente, não existe acompanhamento médico sobre nada nas áreas de mineração.*

A informação mais confiável sobre o tema foi apresentada em 2003 por Olívia Maria de Paula Alves Bezerra, professora do departamento de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto, e equipe, em um estudo sobre a pneumoconiose na localidade de Mata dos Palmitos(*). As conclusões são aterradoras:

“O estudo da composição da poeira revelou a presença de fibras respiráveis de asbesto do grupo dos anfibólicos (tremolita-actinolita). Esses resultados sugerem a ocorrência de talco-asbestose entre os artesãos em pedra-sabão... A gravidade do problema e suas repercussões sobre a saúde e a qualidade de vida dos artesãos em pedra-sabão, muitos deles, ainda crianças, exigem a adoção imediata de medidas de proteção e atenção à saúde desses trabalhadores”.

As “medidas de proteção e atenção” ainda não foram tomadas. Talcoasbestose é uma espécie de pneumoconiose turbinada, pois identifica a presença do composto químico asbesto, elemento altamente perigoso e que pode causar câncer de pulmão, da pleura e do peritônio. Já ouviu falar das famosas telhas e caixas d’água de amianto, proibidas em diversos países? É exatamente o mesmo produto, pois asbesto nada mais é do que o amianto. O câncer provocado pelo asbesto pode levar 20 anos para se manifestar.

Pandora caiu em desgraça depois que abriu a caixa. Acabou morta por ordem de Zeus, que depois voltou atrás e a transformou na deusa da ressurreição. Desde então, todo mortal pode ressuscitar, mas para isso precisa cumprir, após a morte, uma tarefa delegada por Pandora. Como todos os desafios impostos por ela se mostraram impossíveis de serem cumpridos desde que foi alçada à condição divina, ninguém conseguiu ressuscitar depois que este dom lhe foi concedido. Não será Pandora, efetivamente, a responsável pela solução do problema de Mata dos Palmitos.

(*) BEZERRA, Olívia Maria de Paula Alves, DIAS, Elizabeth Costa, GALVAO, Márcio Antônio Moreira et al. Talcoasbestose entre artesãos em pedra-sabão em uma localidade rural do Município de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. Cad. Saúde Pública, Nov./Dec. 2003, vol.19, no.6, p.1751-1759. ISSN 0102-311X.

A close-up photograph of a person's hands washing a large, smooth, light-colored rock in a stream of water. The water is splashing around the rock, and the hands are positioned to hold and clean it. The background is a blurred, natural setting, possibly a riverbank or a quarry.

Capítulo 6

— A responsabilidade

Os princípios de Responsabilidade Social Empresarial determinam que as empresas preocupadas com o desenvolvimento sustentável e com as boas práticas comerciais não devem explorar a mão-de-obra infantil. Elas tampouco devem comprar produtos de fornecedores que se beneficiem do trabalho de crianças, de maneira a não estimular esta prática em nenhum elo da cadeia produtiva.

Normas e convenções internacionais fazem parte do esforço pela erradicação do trabalho infantil. Um deles é o *Global Compact*, iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos

humanos, trabalho e meio ambiente. Participam do *Global Compact* governos, empresas, sindicatos, ONGs e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário.

O *Global Compact* não é um instrumento regulatório ou obrigatório. A participação é voluntária e procura fornecer uma estrutura global para a promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania. Por ser voluntária, au-

menta ainda mais a responsabilidade das empresas que assumem a adoção de seus princípios. Quem adere se compromete, dentre outras ações, a abolir o trabalho infantil em suas cadeias produtivas, não fazendo negócios com empresas que tenham algum tipo de ligação com o trabalho de crianças. A proposta é sufocar a prática de cima para baixo, das empresas maiores para as menores.

Nesta reportagem, três multinacionais tem suas cadeias produtivas envolvidas com o trabalho infantil: Basf (Suvinil), Faber-Castell e ICI Paints (Tintas Coral). As duas primeiras são signatárias do *Global Compact*. Destas, a ICI foi que apresentou a resposta mais lacônica sobre seu envolvimento com o trabalho infantil, citando conceitos de responsabilidade social. A única ação prática a que se refere é a que deveria ter feito, mas não fez: uma auditoria em seus fornecedores. A resposta das empresas pode ser conferida no capítulo 8.

O manual do *Global Compact* prevê a seguinte ação no

**Crianças trabalham em minas de talco em Ouro Preto.
Multinacionais compram o produto de empresas clandestinas.**



Orientação e monitoramento

No Brasil, a Fundação Abrinq pelos Direitos das Criança e do Adolescente foi pioneira na conscientização do empresariado, quando nas décadas de 1980 e 1990 realizou uma série de iniciativas para erradicar o trabalho infantil em diversos setores da economia.

Posteriormente, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que congrega centenas de associados em todo o país, passou a orientar o empresariado para desenvolver ações que não permitissem esta prática na cadeia produtiva.

O Instituto Observatório Social, criado há sete anos por iniciativa da CUT (Central Única dos Trabalhadores), tem entre seus principais objetivos monitorar o trabalho infantil em empresas nacionais e multinacionais, por meio de estudos das cadeias produtivas.

idade da família. As empresas precisam tomar consciência de que sem apoio as crianças podem ser levadas à prostituição e, em alguns casos, quando as crianças são as únicas geradoras de renda, sua retirada imediata do trabalho pode piorar, em lugar de melhorar, suas condições de miséria”.

Cabe agora conferir, ao longo dos próximos meses, se Basf e Faber-Castell estão dispostas a fazer valer o pacto do qual fazem parte. Quanto à ICI, a expectativa é que reveja sua atuação e adote ações práticas, de maneira que a responsabilidade social não se limite ao discurso do marketing social.

A Faber-Castell também é signatária da SA 8000, criada pela *Social Accountability International*. É uma norma auditável que permite verificação das práticas das empresas. Dentre os elementos normativos da SA 8000 está a aceitação, por parte da empresa, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança.

caso de ser detectado trabalho infantil na cadeia produtiva:

“... As crianças devem ser separadas do trabalho com o objetivo de oferecer a elas uma alternativa viável. Entre as ações possíveis das empresas, estão: ajudar a completar a escolarização das crianças e oferecer alternativas geradoras de renda para os pais e membros maiores de

Capítulo 7

— A farsa

As empresas que vendem talco para as multinacionais, além de explorar a mão-de-obra infantil, operam clandestinamente, pois não têm a autorização de lavra que permita a atividade mineradora em Mata dos Palmitos. A irregularidade não pára por aí: em outubro de 2005, a jazida foi arrendada, também de forma ilegal, para uma empresa de fachada, usada para maquiar a participação de estrangeiros que vivem clandestinos no Brasil.

Minas Talco e Minas Serpentina, que vendem para as multinacionais, pertencem a Nelson Ribeiro Vaz, Rodolpho Lima Vaz e Giovanna Lima Vaz. Em outubro de 2005, os proprietários arrendaram a extração do minério para a empresa de fachada WB Mattos Transportes e Comércio ME. Como o próprio nome diz, o negócio da WB não tem nada a ver com mineração. A WB pertence a Wilson Barbosa de Mattos, que por sua vez é sócio de dois alemães na empresa RC Minerais do Brasil. Os alemães operam clandestinamente no Brasil, pois não têm visto de trabalho concedido pelo governo, que lhes daria o direito de desenvolver atividade comercial. Os estrangeiros são Rainer Czczor, passaporte alemão número 6649105740, e Marianne Kuss-Czczor, passaporte 6649C82342.



Ao lado, notas fiscais da Minas Talco comprovam a relação dela com atravessadores de Mata dos Palmitos

Abaixo, galpão, pátio e fachada da sede da empresa, em Conselheiro Lafayette



No fim das contas, A RC Mine-rais do Brasil, de propriedade dos alemães clandestinos, é quem controla a exploração de talco em Mata dos Palmitos. A RC também explora trabalho infantil na região de Ouro Preto. Em 2005, o auto de infração 010676996, assinado pela fiscal Kátia Vieira, do Ministério do Trabalho, joga por terra qualquer dúvida que ainda possa restar sobre a exploração de crianças e adolescentes na extração de talco em Ouro Preto.

A RC foi autuada, segundo o documento do Ministério do Trabalho, por “manter empregado com idade inferior a 18 anos em atividades nos locais e serviços insalubres ou perigosos”. No final do documento, a parte do laudo que solicita o elemento de convicção da fiscal, ela escreve: “Verificação física”.

O órgão do governo federal responsável pela concessão de lavra e pela fiscalização das minas é o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), ligado ao Ministério das Minas e Energia. Sucateado e inoperante, o DNPM não tem recursos nem fiscais para acompanhar o trabalho nas minas, não apenas em Ouro Preto como em qualquer outra região do país. Mamão com mel para mineradoras que não estão preocupadas em cumprir normas elementares de respeito aos direitos humanos.

Capítulo 8 — As versões

Basf, Faber-Castell, ICI, OPPS e Minas Talco enviaram respostas à denúncia de exploração do trabalho infantil na cadeia produtiva do talco. Faber-Castell, multinacional de origem alemã, foi a empresa que apresentou a versão mais contundente, declarando-se “estarecida” com a denúncia e cortando de imediato sua relação comercial com a Minas Talco.

A Basf, também de origem alemã, disse possuir um sistema de avaliação de qualificação dos fornecedores, que assumem o compromisso de cumprir a legislação referente a mão-de-obra infantil. Afirmou que, caso seja comprovada a denúncia, não vai mais comprar matéria-prima da Minas Talco.

A ICI (Imperial Chemical Industries, de origem britânica), por intermédio da assessoria de imprensa das Tintas Coral, disse que vai apurar os fatos e que não comprará mais do fornecedor até a completa regularização do problema, caso seja comprovado. A OPPS (Ouro Preto Pedra Sabão) disse que não usa trabalho infantil “diretamente” e que vai averiguar a denúncia.

As empresas aqui citadas, que dizem ter rígido controle sobre seus fornecedores, cometeram dois erros graves. O primeiro foi comprar a matéria-prima de empresa que explora trabalho infantil. O segundo foi não ter aplicado suas próprias normas de conduta no que diz respeito às boas práticas empresariais. Minas Talco e Minas

Serpentinito não têm o direito de explorar talco na região. Operam na clandestinidade (ver capítulo 7). Bastaria ter verificado se as empresas estão autorizadas pelo Ministério das Minas e Energia. Perceberiam, ao constatar a ilegalidade da operação, que algo muito podre se esconde por detrás das montanhas de talco de Minas Gerais.

Minas Talco está diretamente envolvida com a exploração da mão-de-obra infantil, pois compra blocos de talco de atravessadores que exploram sua própria jazida e usam crianças para empilhar pedra, conforme mostram fotos e notas fiscais. A empresa garante que não explora mão-de-obra infantil. Afirmo que existem pessoas trabalhando dentro de sua jazida, mas que não tem nada a ver com elas, pois são invasoras.

Confira a íntegra da posição das empresas:

A respeito da reportagem especial “Trabalho infantil na mineração”, a ser publicada na edição de janeiro de 2006, da revista Observatório Social - pertencente ao Instituto Observatório Social -, a Faber-Castell informa que está suspendendo imediatamente os fornecimentos da empresa Minas Talco, por repudiar a exploração da mão-de-obra infantil no país.

Esclarecemos que o fornecimento da referida empresa era restrito a um dos ingredientes utilizados para a produção do giz de cera, um dos 1.500 itens do portfólio da empresa.

Anualmente auditada por órgãos nacionais e internacionais, a Faber-Castell ressalta que mantém um fir-

me compromisso com todos os fornecedores baseado no seu Código de Conduta – código este que prima pelo respeito ao ser humano e que avalia, entre outras questões, se o futuro parceiro(a) atua de acordo com a legislação vigente. A Faber-Castell ficou estarecida com a denúncia apresentada pelo instituto.

A empresa informa ainda que adota as medidas previstas pelas normas ISO 9000 e SA 8000 para a contratação de seus fornecedores. Essas normas exigem o cumprimento das legislações trabalhistas e ambientais que, entre outros aspectos, prevêm a não utilização de trabalho infantil ou forçado, o respeito aos padrões de segurança e de saúde no trabalho.

Mediante o recebimento de denúncia sobre o envolvimento de um de seus fornecedores com a exploração de mão-de-obra infantil, a Basf esclarece:

Por ser uma indústria química de grande porte, a Basf possui cerca de 2.900 fornecedores ativos. Sendo assim, a empresa conta com um sistema de Avaliação e Qualificação dos Fornecedores, que procura assegurar o cumprimento de regras claras baseadas em valores e prin-

cípios da empresa.

O fornecedor, ao fechar um acordo comercial com a Basf, assume o compromisso de veracidade das suas informações e ciência de seu papel como empresa fornecedora, incluindo o cumprimento integral da legislação referente a mão-de-obra infantil, objeto, inclusive, de cláusula essencial do acordo.

A Basf deixa claro às empresas fornecedoras que, se comprova-

do o não cumprimento dessas obrigações essenciais, o fornecedor será desqualificado e o contrato rescindido.

A Basf está entre as dez empresas consideradas modelo de boa cidadania corporativa pela revista Exame. Pelo segundo ano consecutivo, é a única indústria química a participar deste seleto grupo. A Basf é certificada pelo Programa Empresa Amiga da Criança da Fundação Abrinq desde 1996.

Realmente a nossa empresa dispõe de seis áreas de extração de pedra sabão, sendo uma delas próxima à Mata dos Palmitos, e lá alugamos uma casa da D. Dionízia, onde se hospedam alguns funcionários. A OPPS é uma empresa de mineração e indústria com sede em Cachoeira do Campo, no município de Ouro Preto, com 35 anos de existência, com aproximadamente 180 funcionários, distribuídos entre sua unidade fabril em Cachoeira e jazidas nos municípios de Ouro Preto, Mariana e Acaiaca.

Nossa posição é **ABSOLUTAMENTE**

CONTRÁRIA ao uso do trabalho infantil em qualquer atividade. Entendemos que “LUGAR DE CRIANÇA É NA ESCOLA” e **NUNCA** usamos crianças em nossas atividades de mineração e fabril. No caso específico desta casa de Mata dos Palmitos, vamos averiguar a informação, pois não temos conhecimento destes fatos. Desde já garantimos que esta intervenção não foi autorizada oficialmente pela empresa e se ocorreu foi de uma maneira fortuita e orientada pela proprietária do imóvel, que é a responsável pelo telhado de sua casa – a ela cabia restaurá-lo.

Quanto a sua pergunta sobre o que a empresa faz para evitar o trabalho infantil, além de não usar este tipo de trabalho diretamente, nós não temos uma ação específica neste sentido, mas ficaríamos muito honrados em poder colaborar, utilizando a orientação deste Instituto. Estaremos sempre à sua disposição para quaisquer outras informações sobre este caso específico ou de uma maneira genérica na área dos trabalhos de pedra-sabão.

Atenciosamente
Flávio Orsini, diretor
OPPS

A Tintas Coral informa que não tinha conhecimento sobre o fato de a empresa Minas Talco usar mão-de-obra infantil no processo de extração e beneficiamento de minério. Como empresa socialmente responsável, a Tintas Coral está apurando os fatos e, caso a denúncia seja comprovada, não comprará mais nenhum tipo de produto desse fornecedor, até a completa regularização da situação, uma

vez que se preocupa com o cumprimento das boas práticas fiscais, ambientais e trabalhistas em todos os setores de sua cadeia produtiva. A Tintas Coral ressalta, ainda, que realiza auditorias periódicas em seus fornecedores, para verificar o cumprimento dos pré-requisitos da ISO 9001. Contudo, a empresa acima citada ainda não havia sido contemplada por essas auditorias.

Minas Talco / Minas Serpentinito

A Minas Talco e Minas Serpentinito informam que há um equívoco por parte de quem mencionou o nome das nossas empresas como beneficiárias de mão-de-obra de menores.

Com efeito, nossas empresas mantêm uma conduta pautada na seriedade, agindo dentro da mais rígida regra que comanda suas atividades. Mormente no que se refere ao relacionamento empresas/trabalhadores, temos consultores especializados no setor, ainda que seja de nosso conhecimento, principalmente considerando a publicidade e notoriedade, do impedimento pela legislação, de uso de menores em condições inadequadas de trabalho.

Não podemos falar pelos inúmeros e quase sempre pequenos superficiários, que por acaso também exercem a atividade de artesanato em suas propriedades situadas dentro do nosso Direito Minerário indicado, não obstante ter [sic] a concessão para tanto, de nossa titularidade. Nem tampouco podemos responder pela operação ilegal de empresas invasoras do nosso Direito Minerário que por diversas vezes já foram notificadas oficialmente e denunciadas aos órgãos competentes (inclusive novamente denunciadas recentemente no DNPM [Departamento Nacional de Produção Mineral]). Em ambos os casos, lembramos que estas

operações não possuem nenhum vínculo com nossas empresas e constituem uma ilegalidade conforme já mencionado.

As nossas empresas encontram-se abertas e receptivas para quaisquer tipos de visita, auditoria ou fiscalização por parte da sua organização, empresa ou qualquer outro órgão público ou privado a fim de dirimir dúvidas referentes a este assunto.

Engº Luiz Fernando -
gerente geral - Minas
Talco Ltda.

Rita de Cássia
Pedrosa Santos –
gerente técnica de
produção – Minas
Serpentinito Ltda.